

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo - PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Mairiporã Sub-região Norte

Data: 28 de abril de 2016

Local: Centro Educacional

Rua: Av. Tabelaio Passarela, 850 - Centro

Horário: 18h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

Abertura pela Mesa

Apresentação da Emplasa

Debates

Encerramento

Representantes presentes

Institucionais

Emplasa

Rovena Negreiros- diretora-presidente

Zoraide Amarante Itapura

Cristina Cerciari

Luiz Carlos de Souza

Prefeituras Municipais

Márcio Cavalcanti Pampuri - prefeito de Mairiporã

Antonio Carlos Nery Pinho - secretário de Meio Ambiente e Turismo de Mairiporã

Francisco Daniel Celeguim de Moraes - prefeito de Franco da Rocha

Câmara Municipal

Rafael Tadeu - vereador

Conselho Consultivo Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo (**Consulti**) da **Sub-região Norte na Câmara**

Isis Bueno - representante da Sub-região Norte na Câmara Técnica do PDUI

Sociedade Civil - Consultar lista de presença.

Com 127 anos de história, a cidade de Mairiporã, que na língua Tupi quer dizer “água bonita de Maíra”, recebeu na noite de 28 de abril a segunda audiência municipal de mobilização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP) na Sub-região Norte.

Logo na entrada do Centro Educacional da cidade, que acolheu o encontro no seu auditório, o totem da personagem principal da Cartilha do Cidadão Metropolitano, Maria, construída pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) em tamanho quase natural, foi colocado ao lado das recepcionistas. Foram identificados mais de 70 convidados, entre políticos locais e representantes da sociedade civil.

Com as participações dos prefeitos de Mairiporã e de Franco da Rocha, Márcio Cavalcanti Pampuri e Francisco Daniel Celeguim de Moraes, respectivamente, a solenidade de abertura contou também com as presenças de Rovena Negreiros, diretora-presidente da Emplasa, responsável pela coordenação e secretaria-executiva do PDUI, do vereador Rafael Tadeu, representante da Câmara Municipal de Mairiporã, e de Isis Bueno, coordenadora da audiência de Mairiporã e representante do Conselho Consultivo Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo (Consulti) da Sub-região Norte na Câmara Técnica do PDUI.

Abrindo os trabalhos, **Rovena** cumprimentou a todos e, em nome do governo do Estado, explicou a exigência do PDUI pelo Estatuto da Metrópole, lei federal promulgada em 2015. E alertou para a grande oportunidade que ele significa, como construção conjunta a ser pactuada com os municípios, os empresários locais e toda a sociedade. Rovena também destacou o fato de que os PDUIs das regiões metropolitanas vão virar leis estaduais e, portanto, terão de ser cumpridos por todos os governos que virão. “Fico muito satisfeita em ver aqui os dois prefeitos envolvidos nas discussões da Sub-região Norte, pois isto nos dá a certeza de que será mesmo uma construção coletiva, inclusive e, principalmente, da Prefeitura de São Paulo, fato inédito até aqui”, concluiu a diretora-presidente.

O anfitrião e prefeito de Mairiporã, **Márcio Pampuri**, também saudou os presentes e lembrou que, apesar de o tema do pacto metropolitano ser antigo, agora, com o PDUI, ele vê o processo amadurecer e tornar ainda mais clara a necessidade de uma ação regional conjunta e pactuada para resolver problemas que constituem verdadeiros desafios para se melhorar a vida da população. “É dentro do espírito de servir que estamos aqui unidos, apesar das diferenças partidárias, para juntos – e com o auxílio técnico da Emplasa – não tentar resolver tudo ao mesmo tempo, mas dar efetividade a transformações estruturantes”, finalizou Pampuri.

A técnica da Emplasa **Zoraide Amarante Itapura de Miranda** apresentou o filme institucional do PDUI, criado especialmente para ilustrar os conceitos do Plano, e, em seguida, explicou a estrutura do PDUI e o Estatuto da Metrópole e a destacou os processos de elaboração e participação da sociedade civil no Plano. Mostrou também alguns mapas importantes das vulnerabilidades da Região Metropolitana de São Paulo e ressaltou a importância do fortalecimento da cidadania metropolitana como um importante desafio do PDUI. Ela lembrou ainda que o Estatuto da Metrópole exige uma governança interfederativa.

A palavra foi, por fim, passada para a representante do Consulti da Sub-região Norte, Isis Bueno, que citou o artigo 12 do Estatuto da Metrópole e enfatizou que o PDUI deverá considerar áreas urbanas e rurais, projetos estratégicos e ações prioritárias para investimentos. “Se não participarmos agora, não poderemos reclamar mais tarde”, concluiu.

A apresentação elaborada pela Emplasa está anexada nesta pasta e discorre sobre

- **Estatuto da Metrópole**
- **O que é o PDUI**
- **Processo de elaboração do PDUI**
- **Processo participativo e constituição da "Instância Deliberativa para aprovação do PDUI"**

Após a apresentação da Emplasa o plenário foi aberto para colocações e perguntas de até dois minutos. Diversos participantes se manifestaram sobre temas diversos, como bolsões de miséria, água, falta de habitação popular, excesso de planos não implementados e proteção a mananciais, além de uma apresentação sobre a “pegada ecológica” natural de toda a região.

Debate

O coordenador da mesa agradece a apresentação da Emplasa e passa a palavra ao prefeito de Mairiporã, **Márcio Pampuri**. Com a palavra, Pampuri aponta a questão da vulnerabilidade social. Refere-se ao que foi apresentado pela Emplasa como os bolsões de pobreza, ao que dá o nome de miséria. Afirma que a miséria não está colocada no interior do Estado de São Paulo e sim no interior das regiões metropolitanas, em todos os sentidos, inclusive na questão habitacional. Para exemplificar, cita as mortes ocasionadas por habitações em áreas de risco e áreas não regulamentadas, o que, sob seu ponto de vista, requer do plano atenção muito especial.

Salienta que existe uma proposta das prefeituras da Sub-região, com relação à Lei 9.866/2011, sobre a questão de proteção aos mananciais, bacias hidrográficas, reservas hídricas e compensações do Estado para que as prefeituras da região possam gerir esse ativo ambiental. Diz que o plano deve apontar para os instrumentos já existentes, mas ainda não viabilizados, não regulamentados.

Refere-se ainda à uma moção enviada pelos prefeitos da região ao governador Geraldo Alckmin, em que pedem a regulamentação da lei recentemente promulgada da Bacia do Juqueri (Lei n. 15.790, de maio de 2015). A moção se refere às cidades de Mairiporã, Caieiras, Franco da Rocha e parte de Nazaré. Faz um apelo a todas as instâncias técnicas, no sentido de não se perder todo o trabalho e os esforços empreendidos para a aprovação da referida lei. O prefeito se despede agradecendo à contribuição de todos.

A seguir o coordenador da mesa passa a palavra à Isis Bueno, representante do Consulti do Consórcio Intermunicipal (dos Municípios) da Bacia do Juqueri (Cimbaju) na Câmara Técnica de Elaboração do PDUI.

Isis agradece a presença de todos e pede para esclarecer alguns detalhes relativos ao trabalho colaborativo e participativo entre as prefeituras da Sub-região Norte para a elaboração das propostas e ações que farão parte do plano integrado. Para tanto, chama a atenção para o artigo 12 do Estatuto da Metrópole, que considera a contribuição do conjunto dos municípios componentes da unidade territorial urbana e abrange as áreas rural e urbana. Refere-se também ao parágrafo primeiro, que diz respeito às diretrizes para as funções públicas de interesse comum, sobre os projetos estratégicos e as ações prioritárias para investimentos. Chama atenção para a importância da contribuição dos municípios da Sub-região Norte para elencar e incluir no plano metropolitano as prioridades regionais. Fala também sobre a contribuição da região para a questão do macrozoneamento e lembra a todos dos subsídios que a Emplasa pode proporcionar para esta frente de trabalho. Chama novamente a colaboração e participação de todos e despede-se agradecendo a atenção.

Em seguida, o secretário de Meio Ambiente e Turismo de Mairiporã, **Antonio Carlos Nery Pinho** saúda a todos e aborda os pagamentos por serviços ambientais, que, segundo ele, é tema recorrente em diversas reuniões das quais participou. Durante sua apresentação, fala sobre a preocupação de como os municípios receberão a compensação por serviços de preservação prestados à metrópole e como quantificar e valorar esses serviços.

Embora não abrangendo a totalidade dos serviços prestados, aponta alguns tendo como ponto central o ecossistema Cantareira. Demonstra e enfatiza a dinâmica e a interdependência entre metrópole e esse sistema, citando sua contribuição para o ambiente: controle de temperatura da capital, redução da poluição atmosférica, berço de espécies animais de pequeno e médio porte, além de ser indicador ambiental para a água, ar, solo, fauna e flora.

Levantou a questão ecológica do território e seus impactos, da mobilidade urbana, de saúde, de educação e de habitação para a parcela da população que trabalha na metrópole e reside nas cidades-satélites. Cita como exemplos Franco da Rocha e Francisco Morato, enfatizando a preocupação não só para a responsabilidade destes municípios com os serviços ambientais, mas principalmente com os serviços sociais e a provisão da infraestrutura necessária para atender a essa população.

Discorre ainda sobre o desmatamento e seus impactos (perda de solo, assoreamento da represa, entre outros). Por fim, apresentou os níveis de benefícios ambientais, que classifica como: local – cultura de frutas e hortaliças, proteção dos extremos climáticos, formação do solo e quantidade de águas e controle de erosão; regional - diz respeito aos recursos hídricos; e global - refere-se às mitigações relativas às mudanças climáticas, valor como patrimônio histórico de São Paulo e como reserva da biodiversidade.

Alvaro Mello, da prefeitura de Cajamar, fez um apelo para a participação dos representantes do município, para trabalhar uma grande região, mas pensando em cada parte, para que todos opinem. Pede também que as instâncias superiores os ouçam. Aponta o papel do governo estadual como fomentador de desenvolvimento e a falta de uma presença mais efetiva de São Paulo nas discussões regionais.

Rovena Negreiros reforça importância da participação de todos e reafirma a disponibilidade ao público do acervo técnico e da base de dados georreferenciada da Emplasa. Lembra ser a primeira vez que municípios e Governo do Estado discutem juntos o futuro da região metropolitana. Comenta a necessidade da participação financeira dos governos estadual e federal na implementação de projetos metropolitanos.

Álvaro Mello cita, então, a questão do saneamento. Diz que está num município que não tem esgoto tratado e acredita que os municípios devam levantar os problemas comuns, juntar forças para também cobrar a execução. Cita o exemplo da Estação de Tratamento de Cajamar, que deveria estar em operação desde 2015 e sequer houve licitação para entrar em funcionamento. Relembra que na década de 1980, época em que era mestrando, analisou o material da Emplasa relativo à Mairiporã e aos planos para os municípios da região metropolitana e que, infelizmente, aquela foi uma ação de gabinete, como foi dito anteriormente por Rovena.

Fala sobre o aproveitamento por parte da sociedade civil de alguns elementos desse plano para a preservação da Serra dos Freitas e também chama a atenção para o Sistema Cantareira e a crise hídrica. Reforça ainda, diante do plano de desenvolvimento integrado, a questão da participação efetiva da sociedade civil e pede para frisar quatro questões: 1) o embate sobre o trecho norte do Rodoanel, em que a participação da sociedade foi fundamental para a alteração de sua passagem original, a fim de se evitar o assoreamento da represa Paiva Castro; 2) a discussão sobre como se dará a passagem do Ferroanel, que atinge a ponta do município de Mairiporã; 3) a luta por um Centro de Estudos, uma Universidade, já que o município dispõe de diversos prédios históricos abandonados e que podem servir a esse propósito; 4) O abandono dos projetos para recuperação dos parques e a consequente a invasão desses parques de Mairiporã e cito que tenho conhecimento que cerca de 30% dos projetos de parques do município continuam apenas no papel.

Finaliza dizendo que espera que este plano seja um encontro de propostas e que haja um retorno efetivo para os municípios.